



A Austeridade como Mecanismo de Superexploração do Trabalho¹

Maria Teresa Ruas COELHO²
Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE

Resumo

O artigo propõe uma discussão sobre as conexões existentes entre a ascensão do neoliberalismo, a financeirização do capital e o incremento da superexploração do trabalho pelo prisma da política fiscal. O argumento a ser desenvolvido é o de que as políticas de austeridade, um dos pilares do neoliberalismo e elemento central do processo de financeirização, são um mecanismo de incremento da superexploração do trabalho na medida em que promovem a transformação de direitos sociais em mercadorias. Serviços anteriormente ofertados pelo Estado, na forma de *direitos democráticos*, universais e públicos, passam a ser privatizados ou a funcionar de acordo à lógica de mercado, enquanto os trabalhadores são obrigados a recorrer cada vez mais a seus próprios salários para suprir a necessidade de acesso a esses mesmos serviços. No refinanciamento da dívida pública, o Estado direciona parte da mais-valia socialmente produzida e arrecadada na forma de tributos para a remuneração do capital financeiro, em uma relação de classes que não se dá por meio da exploração nas relações de produção, mas na esfera política, desvelando seu caráter de classe. A partir dessa base teórica, analisamos mais especificamente o caso brasileiro por via da Emenda Constitucional 95, o chamado Teto de Gastos. Argumentamos que a sua aprovação no ano de 2016 não é somente representativa de um momento político específico do país, mas o insere em um movimento global de generalização da superexploração do trabalho e de recuo das democracias liberais frente aos avanços do capitalismo.

Palavras-chave: superexploração do trabalho; austeridade; neoliberalismo.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apontar os impactos da aprovação da Emenda Constitucional 95 - mais conhecida como Novo Regime Fiscal ou Teto de Gastos - sobre os níveis de superexploração do trabalho no Brasil a partir de uma discussão teórica e mais geral das conexões existentes

¹ Trabalho apresentado no GT 05 – Precarização: transformações e crises nas relações sociais do trabalho do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota no período de 8 a 16 de outubro de 2020. Versão adaptada de trabalho de dissertação defendido no ano de 2020 de título *Dependência, neoliberalismo e a desdemocratização brasileira*. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/39038>>.

² Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Sergipe (UFS), email: mariateresaruascoelho@gmail.com.



entre a ascensão do neoliberalismo, o processo de financeirização do capitalismo e incrementos na superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

A crise de 2008 deixou evidente que a chamada economia fictícia não independe da economia material e que o capital financeiro não possui capacidade autorreprodutora, dependendo da valorização que é dada somente pelo trabalho para que os compromissos firmados em suas operações sejam realizáveis. Argumentamos, dessa forma, que o processo de financeirização do capital é necessariamente acompanhado de um aprofundamento da exploração sobre o trabalho, de acordo aos requerimentos provenientes da intensa expansão do mercado de capitais financeiros das últimas quatro décadas.

O início dessa expansão remonta à passagem do neoliberalismo à condição de hegemonia no contexto mundial, em que seu receituário passa a orientar as políticas fiscais e monetárias dos países, enquanto liberalizava amplamente os mercados internacionais. A dívida pública adquire centralidade nesse processo, na medida em que o seu controle torna-se prioritário e a disciplina fiscal passa a orientar o funcionamento do Estado e as políticas públicas como um todo. De fato, a adoção das diretrizes da disciplina fiscal como organizadoras do funcionamento dos Estados se generalizou de tal forma que a afirmação de Schäfer e Streeck (2013) de que vivemos na “era da austeridade” não parece exagerada.

Com base nesses desenvolvimentos a nível sistêmico olhamos para o Teto de Gastos, que não é a primeira experiência brasileira de austeridade fiscal, mas, argumentamos, apresenta uma radicalidade que a torna particularmente relevante para a análise proposta neste trabalho. Sua radicalidade pode ser percebida em diversos aspectos. De partida, a constitucionalização da austeridade não é algo comum nas experiências documentadas globalmente, sendo, em geral, legalmente fixadas em normas infraconstitucionais. Apesar de compor disposição transitória, a previsão de vigência por vinte anos, com revisão somente em dez anos a partir de sua aprovação, mostra-se, da mesma forma, incomum e radical.

Outro fator importante que permite a caracterização do Teto de Gastos como um caso extremo dentre as regras fiscais é o estabelecimento de



correção do limite das despesas primárias do Estado à inflação. Desvinculando esse limite do Produto Interno Bruto (PIB), o Teto elimina a possibilidade de crescimento real das despesas públicas sob sua abrangência e que as mesmas acompanhem possíveis crescimentos econômicos apresentados pelo país durante sua vigência. Ademais, a regra desconsidera fatores de fundamental importância para os cálculos dos gastos estatais, como o crescimento populacional, o envelhecimento da população e possíveis crises econômico-sociais, sanitárias ou de quaisquer tipos.

Traçando uma intersecção entre essas discussões de cunho fiscal e a questão da superexploração do trabalho no Brasil, este trabalho é dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira delas, é oferecida uma breve contextualização histórica da promoção da austeridade a um *modus operandi* geral aos Estados na contemporaneidade; na segunda, busca-se estabelecer as conexões existentes entre a política fiscal e incrementos ou recuos nos níveis de superexploração do trabalho; e, por fim, na terceira e última seção discute-se o caso específico do Teto de Gastos de modo a apontar para a possibilidade de radicalização da superexploração do trabalho no Brasil sob sua vigência.

Neoliberalismo e financeirização do capital: breve histórico

A ascensão do neoliberalismo à condição de dominância no sistema capitalista mundial remonta à exaustão da política de acomodação de classes do *Welfare State* e da orientação fornecida pela ideologia econômica keynesiana. Na passagem das décadas de 1960 para 1970, o declínio das altas taxas de crescimento, sustentadas de forma relativamente generalizada pelos países do centro capitalista, desestabilizaria o equilíbrio conflituoso entre a lucratividade exponencial da classe dominante e a significativa redistribuição de renda para os trabalhadores que havia se dado no período anterior.

O movimento ascendente das dívidas desses países forneceria o substrato necessário para o argumento neoliberal de que os Estados teriam gasto demais e de forma irresponsável atendendo às demandas supostamente parasitárias dos seus cidadãos e cidadãs. Sendo esta a causa da escalada do endividamento, seria necessário reduzir os gastos estatais em benefício do



reequilíbrio das contas públicas, de modo que a austeridade torna-se um dos principais componentes da ofensiva neoliberal.

A receita para o crescimento econômico deixa, então, de estar atrelada ao aumento da renda dos que consomem para vincular-se à ideia falaciosa, mas facilmente associável, de que, assim como uma família reorganiza seu orçamento privado e gasta menos para reduzir o montante de suas dívidas, o Estado deve promover cortes de gastos e orientar seus esforços de forma prioritária para a manutenção da dívida pública a níveis considerados sustentáveis (BLYTH, 2017; ROSSI et al., 2018).

No bojo desse processo, a adoção do dólar como lastro do sistema monetário internacional e a eliminação de entraves e dispositivos de controle sobre a mobilidade de capitais demarcariam a hegemonia estadunidense no sistema capitalista mundial e a imposição do programa neoliberal sobre as políticas cambiais, monetárias e fiscais dos países capitalistas em geral, mas de forma especialmente restritiva sobre as periferias do globo (AMARAL, 2012; SANTANA, 2011). Os ativos financeiros, em suas diferentes formas, passaram a protagonizar a lógica da renda de propriedade à revelia da atividade produtiva e, desse modo, conformava-se o processo que foi chamado de financeirização do capitalismo (BIN, 2017, p. 43):

Nesta fase, contratos financeiros foram espalhados pelos mercados em velocidade sem precedentes, movimentando cifras cuja evolução não foi nem de longe acompanhada pela produção material. A ampliação da distância entre essas duas esferas cristalizou o que hoje se costuma distinguir entre economia fictícia e economia real. Desta fazem parte a produção, o comércio e os serviços, que articulam-se em um sistema mundialmente integrado de acumulação. Àquela são associados os contratos materialmente independentes da produção, que em nada alteram o volume da riqueza produzida. Eles tão só representam expectativas de transferência de excedentes econômicos entre agentes e, em algum momento, viabilizam essa redistribuição (BIN, 2017, p. 60).

O próprio Marx (2017) já dava alguns apontamentos no terceiro volume d'O Capital desse processo de financeirização, que reveste o capital-dinheiro de uma ilusória capacidade autorreprodutora. Esse movimento poderia ser expresso na compressão da clássica fórmula geral do capital D-M-D' em D-D', em que o capital se revestiria de "sua forma fetichista mais pura",



aparentando prescindir da produção material na medida em que “elimina” o componente da mercadoria que entremeava as trocas mercadológicas:

O prestamista do dinheiro não o desembolsa na compra da mercadoria ou, caso a soma de valor exista como mercadoria, não a vende por dinheiro, mas a adianta na forma de capital, como D-D', isto é, como valor que retorna a seu ponto de partida ao fim de um prazo determinado. Ele não compra nem vende, mas empresta. Esse empréstimo constitui, portanto, o modo adequado de se alienar uma soma de valor *como capital*, não como dinheiro nem como mercadoria (MARX, 2017, p. 464).

Desse modo, o capital fictício, como definido por Marx (2017), não tem a capacidade de produzir valor por si mesmo, é puramente formal, ideal, baseado em compromissos juridicamente firmados, que estabelecem as expectativas de retorno futuro do capital emprestado. Ainda que do ponto de vista do proprietário individual o capital-dinheiro aparente ter uma capacidade de autorreprodução e de produção independente de valor, quando considerado à vista da globalidade da economia ele é, portanto, fictício, no sentido de não representar valor efetivamente produzido na esfera material e tão somente fundamentar-se em expectativas *futuras* de produção de valor excedente (BIN, 2017, p. 60; CARCANHOLO, 2009).

Então a valorização do capital, seja ele produtivo ou financeiro, não deixa de depender de uma base material para a realização de seu valor. A retirada de controles e entraves às movimentações financeiras e a consequente exacerbação dos movimentos especulativos, que caracterizam a financeirização do capital, exercem uma crescente pressão sobre a classe trabalhadora, de modo que o ritmo da produção de mais-valor seja premido a acompanhar os requerimentos financeiros de valorização de capital (SANTANA, 2013). Do contrário, as contradições inerentes aos processos de produção e de circulação do capital tendem a se tornar insustentáveis, resultando em crises e desequilíbrios.

O estágio atual do capitalismo promove, como consequência desses requerimentos, a proliferação de formas de flexibilização, precarização e redução dos direitos e proteções legais historicamente conquistados (VALENCIA, 2009). Nesse sentido, é importante resgatar a contribuição de Ruy Mauro Marini, que em seu artigo *Proceso y tendencias de la globalización*



capitalista (2008 [1997]) discute as evidências de um processo de generalização da superexploração do trabalho.

O conceito de superexploração, central para a análise aqui proposta, foi cunhado por Marini (2008 [1973]), um dos principais intelectuais da teoria marxista da dependência. Ele visa dar conta da especificidade do capitalismo dependente frente ao capitalismo “clássico”, analisado por Karl Marx, sinalizando uma forma de exploração capitalista aumentada que não passa pelo incremento das forças produtivas, mas pela elisão do valor da força de trabalho. Isto é, a exploração do trabalho no capitalismo dependente é caracterizada por desrespeitar as necessidades de reprodução dos trabalhadores e trabalhadoras, visando não somente a apropriação do mais-valor produzido, como também de parte do chamado valor *necessário* (MARINI, 2008 [1973]).

Na definição clássica de Marini (2008 [1973], p. 113), a superexploração do trabalho atua por meio de três mecanismos, todos os três negando as condições de reposição do desgaste físico e mental dos trabalhadores, podendo ser acionados em conjunto ou de forma isolada. São eles: o aumento da jornada de trabalho, a intensificação do trabalho e a redução do fundo de consumo do trabalhador.

No artigo de 1997, Marini discute a conformação de uma nova fase do capitalismo, globalizado e neoliberal, ressaltando a aceleração do incremento tecnológico e de sua larga difusão, inclusive para as periferias globais. O acirramento da competição decorrente desse processo de difusão tecnológico e elevação geral da produtividade do trabalho levariam, na interpretação do autor, a um movimento de generalização da superexploração do trabalho, na medida em que, mesmo nos países centrais, a estratégia de manutenção de lucros extraordinários pelos capitalistas passa a voltar-se predominantemente para o aumento exponencial da exploração sobre os trabalhadores e trabalhadoras, e não mais pelo monopólio de vantagens técnicas no processo produtivo (MARINI, 2008 [1997]). Ou seja, identifica uma tendência de que mesmo os trabalhadores dos centros capitalistas passam a ser superexplorados.



Mas, para além dessas alterações mais diretas no mundo do trabalho, a austeridade fiscal que orienta de forma generalizada o funcionamento dos Estados no capitalismo neoliberal atua para o incremento da superexploração do trabalho por meio da dívida pública, argumento que será desenvolvido na seção que se segue.

Onde a política fiscal encontra a superexploração do trabalho

Analisando o conteúdo de classe do processo de financeirização, Daniel Bin (2017) demonstra como o juro, mecanismo principal das transações financeiras, estabelece uma relação de classes que se desenvolve para além das relações entre capitalistas e trabalhadores no âmbito da produção, ainda que não deixe de estar vinculada à produção de valor que nela, e somente nela, ocorre (BIN, 2017, p. 135-6).

Com base nesse entendimento e tendo em vista que os títulos da dívida pública, emitidos pelo Estado como forma de emprestar dinheiro a uma determinada taxa de juros, são um exemplo de capital fictício, a dívida pública implica uma relação de classes que excede a esfera produtiva. Atua, pois, como mecanismo de expropriação de valor produzido pelos trabalhadores e trabalhadoras, carregando o potencial de aumentar os níveis de exploração:

[A dívida pública] engendra uma relação especial de classes – devedores e credores – que aprofunda a transferência de excedentes das classes produtoras – trabalhadores – e outros segmentos materialmente desfavorecidos, como os dependentes de políticas de bem-estar, para um reduzido segmento apropriador, neste caso, a finança.

O fato de não engendrar exploração direta, como ocorre nas operações econômicas *stricto sensu* – aquelas que se desenvolvem na infraestrutura capitalista –, faz da dívida pública uma relação especial entre classes, que se desenvolve por meio do estado (BIN, 2017, p. 26).

Como vimos, o movimento ascendente da dívida pública em países de centro capitalista a partir da década de 1970 forneceu o substrato necessário ao argumento neoliberal sobre a incompetência estatal na lida com os assuntos de cunho econômico, dadas as influências políticas a que está suscetível, logicamente tratando esses dois domínios como separados e



mesmo antagônicos. Contudo, a retirada do Estado propugnada pelo neoliberalismo, e antes dele pelo liberalismo clássico, é condicionada.

Se o Estado não deveria interferir nos mercados no sentido regulatório, de estabelecimento de limitações às potencialidades da exploração e da acumulação do capital, sua indispensabilidade para a manutenção e a própria criação desses mercados esteve presente desde o surgimento do capitalismo (POLANYI, 2000, p. 170-1):

(...) a introdução dos mercados livres, longe de abolir a necessidade de controle, regulamentação e intervenção, incrementou enormemente o seu alcance. Os administradores tinham que estar sempre alertas para garantir o livre funcionamento do sistema. Assim, mesmo aqueles que desejavam ardentemente libertar o Estado de todos os deveres necessários, e cuja filosofia global exigia a restrição das atividades do Estado, não tinham outra alternativa senão confiar a esse mesmo Estado os novos poderes, órgãos e instrumentos exigidos para o estabelecimento do *laissez-faire* (POLANYI, 2000, p. 172).

Ainda que o papel do Estado tenha passado por reorientações que acompanharam os próprios desenvolvimentos históricos do capitalismo, ele não deixou de ser essencial a este com a ascensão do neoliberalismo e o processo de financeirização do capital. A passagem do capital financeiro para a condição de hegemonia significou, na verdade, que o Estado passou não somente a atuar como o provedor das condições institucionais de funcionamento dos mercados, mas a sustentar grande parte da economia financeira através da dívida pública (BIN, 2017).

O Estado se converte em prisioneiro do capital financeiro, afogado por uma dívida pública em crescimento exponencial, cujo serviço não deixa mais nenhum espaço para o investimento estatal, e também, cada vez menos para as políticas sociais e mesmo para a manutenção do modesto funcionalismo público da região.

O conteúdo de classe do Estado faz-se pois, mais evidente ainda. Ele se põe completamente a serviço do grande capital financeiro subordinando cada vez mais os outros setores da burguesia.

[...]

As políticas de bem-estar voltadas para os setores de baixa renda e para a previdência social também se veem definitivamente ameaçadas. A onda neoliberal estimula medidas [austeras] que giram em torno de uma retomada do dinamismo do mercado que não funcionou em nenhuma parte do mundo (DOS SANTOS, 2008 [1998], p. 32-3).



O Estado atua, por conseguinte, como mediador dessa relação de classes que se estabelece através da dívida pública, direcionando parte do valor produzido pelo trabalho e arrecado na forma de tributos para a remuneração do capital financeiro (BIN, 2017). Ao mesmo tempo, apoiando-se na legitimidade e certa imagem de neutralidade, conferidas pela democracia liberal, contribui para que tal relação não aparente carregar um conteúdo de classes (BIN, 2017). A relação entre a política fiscal de um Estado e a exploração sobre o trabalho não aparece nesse desenho de forma óbvia, de modo que os antagonismos de classe são amortecidos.

Em suma, a política fiscal compreende um elemento fundamental da luta de classes e da correlação de forças entre exploradores e explorados. Ela carrega, dentre outras funções, o potencial de redistribuir a riqueza socialmente produzida: a tributação, que pode funcionar de acordo a um sistema regressivo ou progressivo, estabelece as fontes de financiamento do Estado, enquanto o lado das despesas da balança fiscal determina, dentre outras coisas, em que medida as pessoas terão acesso a políticas assistenciais e a serviços públicos.

A austeridade, um dos pilares do neoliberalismo, age justamente sobre a política fiscal dos países, sendo uma

[...] política econômica [que] tem como resultado prático a transformação de fundo público (isto é, as receitas que os estados extraem da sociedade na forma de impostos para se financiar e para prover aos cidadãos as políticas sociais básicas, isto é, para redistribuir renda e promover a equidade) em avalista do sistema financeiro (CARDOSO, 2017, p. 86-7).

Significa que serviços anteriormente ofertados gratuitamente pelo Estado são privatizados, sucateados pela falta de investimentos ou passam a funcionar de acordo a uma lógica mercadológica. Como consequência, aqueles que vivem do trabalho são obrigados ou incentivados a lançar mão de seus próprios salários para acessar a esses mesmos serviços, de forma privada. Ao mesmo tempo, recorrem cada vez mais a formas de financiamento, como os imobiliários, e a empréstimos como meio de suprir as suas crescentes insuficiências salariais de modo que, através da celebração de contratos que se baseiam na expectativa de pagamento futuro de empréstimos realizados no



presente, faz-se possível aos capitalistas se apropriarem de anos futuros da renda do trabalhador.

De fato, a reorientação dos bancos para a renda das famílias, através da facilitação da tomada de empréstimos e a abertura de linhas de crédito específicas a esse propósito, e o consequente crescimento do endividamento privado compõem uma característica fundamental do processo de financeirização capitalista:

A reorientação dos bancos para as famílias está relacionada à financeirização da renda dos trabalhadores, um aspecto marcante das últimas três décadas. Isso inclui o aumento de empréstimos (hipotecas, consumo geral, educação, saúde e assim por diante), mas também a expansão de ativos financeiros (moradia, pensões, seguros, fundos do mercado monetário e assim por diante). A financeirização da renda dos trabalhadores está associada a salários reais que permanecem estagnados ou aumentam muito lentamente desde o final dos anos 1970. Também está relacionado à provisão pública em retirada em uma gama de serviços: moradia, pensões, educação, saúde, transporte e assim por diante. Nesse contexto, o consumo dos trabalhadores tornou-se cada vez mais privatizado e mediado pelo sistema financeiro. Os bancos e outras instituições financeiras conseguiram extrair lucro diretamente dos ordenados e salários, em vez da mais-valia. Eles também foram capazes de obter lucros com os ativos dos trabalhadores, principalmente quando a provisão pública de aposentadorias recuou, incentivando a canalização da economia dos trabalhadores para fundos de pensão, seguradoras, fundos monetários e, portanto, para o mercado de ações (LPAVITSAS, 2011, p. 620, tradução própria).

Ocorre, então, uma redução do fundo de consumo do trabalhador, não pela redução direta de seu preço no mercado de trabalho, mas por vias indiretas, resultando, de todo modo, na restrição da capacidade de suprir suas necessidades de reprodução com os ganhos de seu trabalho. Sem que componha o escopo da presente análise, a discussão de uma provável atuação dos outros dois mecanismos da superexploração do trabalho, seja em decorrência de políticas que são, em geral, conjugadas às restrições nos gastos públicos, como reformas trabalhistas e previdenciárias, seja por estratégias que os trabalhadores são obrigados a adotar no mercado de trabalho como forma de garantir sua própria manutenção, a redução do fundo de consumo do trabalhador figura como resultado da adoção de políticas de austeridade. Observa-se, portanto, um incremento da superexploração do trabalho por essas vias.



Estabelecidas essas bases teóricas e mais gerais, a próxima seção é reservada para a discussão específica do caso do Teto de Gastos brasileiro, que, argumentamos, apresenta uma radicalidade que o torna particularmente relevante para a análise proposta neste trabalho.

O Teto de Gastos e a superexploração do trabalho no Brasil

Promulgado em 15 de dezembro de 2016, o Teto de Gastos compõe a mais recente medida de austeridade adotada no Brasil, alcançando de forma individualizada os três poderes a nível federal, o Ministério Público da União (MPU) e a Defensoria Pública da União (DPU). Como uma regra fiscal fixada para as despesas (*expenditure rule*), limitou as despesas primárias de cada ano às despesas do exercício imediatamente anterior corrigido pela inflação, tendo por base o ano de 2016 e período de vigência estabelecido para os vinte exercícios financeiros subsequentes, com possibilidade de revisão após dez anos.

Versando especificamente sobre as despesas primárias, o Teto de Gastos limita-se às despesas não financeiras, excluindo os gastos com juros e encargos da dívida pública de sua abrangência, o que confirma o anteriormente afirmado sobre políticas de austeridade promoverem cortes direcionados para a liberação de receitas públicas para a remuneração financeira. De partida, é importante ressaltar que, tomando como base de partida o exercício financeiro de 2016, os efeitos dessa regra fiscal são potencializados, na medida em que parte de um patamar já bastante reduzido pelo contingenciamento - o maior desde o início da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - realizado pela então presidente Dilma Rousseff no ano de 2015 (DWECK et al., 2018, p. 44-5).

Outro aspecto fundamental refere-se ao fato de que, vinculando o volume de gastos de cada ano ao exercício anterior corrigido somente pela inflação, o Teto não prevê crescimentos reais para as despesas públicas nas áreas sob seu escopo, de modo que mesmo frente a um crescimento econômico e aumento das receitas estatais elas permaneceriam estagnadas, enquanto uma porção crescente dessas receitas seria redirecionada (PAIVA et al., 2016; VIEIRA; BENEVIDES, 2016).



A tendência que se apresenta sob a vigência do Teto de Gastos brasileiro é, resumidamente, que os gastos públicos com saúde, educação assistência social e com a própria manutenção da máquina pública permaneçam congelados, desconsiderando fatores essenciais como o crescimento e envelhecimento populacional esperado até 2016 e a possibilidade de crises de quaisquer natureza (DWECK et al., 2018; KARNIKOWSKI, 2016; PAIVA et al., 2016; ROSSI et al., 2018; VIEIRA E BENEVIDES, 2016).

Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos do Teto de Gastos sobre os gastos públicos na área da saúde, alguns estudos feitos à época da sua proposição e logo após sua aprovação usaram de diversos tipos de simulações, ora aplicando a regra a exercícios financeiros passados com o objetivo de analisar quais teriam sido seus efeitos sobre o financiamento do sistema de saúde, ora desenhando cenários futuros, controlando o comportamento do PIB ou questões como crescimento e envelhecimento populacional (FUNCIA; OCKÉ-REIS, 2018; VIEIRA E BENEVIDES, 2016). Nessas diversas simulações, os gastos reais do Estado com as ações e os serviços de saúde tendem a declinar em relação ao PIB do país e, mesmo em um cenário de completa estagnação do crescimento econômico brasileiro, seriam reduzidos em termos *per capita*, dado o crescimento populacional previsto para o período (VIEIRA E BENEVIDES, 2016). Como demonstram em exercícios parecidos Rossi et al. (2019), também o financiamento de políticas públicas relacionadas à educação tendem a ser prejudicadas.

Tabela 1 – Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%)

TIPOS DE DESPESAS SELECIONADAS	POF		
	2002-2003	2008-2009	2017-2018
Alimentação	20,8	19,8	17,5
Habitação	35,5	35,9	36,6
Transporte	18,4	19,6	18,1
Assistência à saúde	6,5	7,2	8,0



III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias

08 a 16 de Outubro de 2020 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe

Educação	4,1	3,0	4,7
Outros	14,7	14,4	15,2

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018) – IBGE.

Como afirmado anteriormente, a tendência é que, com a falta de financiamento, esses serviços públicos estarão propensos ao crescente sucateamento e privatização, de modo que seus encargos passam a ser suportados privadamente pelos trabalhadores e trabalhadoras. De fato, como evidencia a Tabela 1, as despesas familiares com assistência à saúde e educação apresentaram um preocupante movimento ascendente na última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é indicativo da tendência sinalizada.

Em suma, o Teto de Gastos contém uma rigidez e radicalidade que o particularizam, mas a lógica de redirecionamento das receitas públicas para a remuneração financeira é a compartilhada pelas medidas de austeridade em geral, de modo que pode ser apontado como elemento de aprofundamento da superexploração do trabalho no contexto brasileiro.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo apontar a possibilidade de uma radicalização da superexploração do trabalho no Brasil em decorrência da aprovação do Teto de Gastos, situando o caso em um movimento sistêmico. De forma mais geral, tentou contribuir com esforços no sentido de lançar luz sobre vias de exploração do trabalho que excedem a esfera produtiva e as relações de classes que nela ocorrem por meio do enfoque na dívida pública e nas políticas de austeridade.

Além dos efeitos previstos sobre o fornecimento de serviços públicos e o conseqüente encargo privado dos trabalhadores e trabalhadoras do acesso a esses mesmos serviços, característica geral às políticas de austeridade, a rigidez do Teto tende a limitar o funcionamento do Estado em diversos aspectos. As discussões em torno da Reforma Tributária que acontecem neste momento no país, por exemplo, esbarram na austeridade constitucionalizada, que exclui a possibilidade de redistribuição da riqueza socialmente produzida e



arrecada sob a forma de tributos por meio dos gastos estatais. Dessa forma, o Teto de Gastos estabelece de antemão – e com imensa estreiteza – os limites das disputas em torno da política fiscal no Brasil.

São, enfim, diversos os aspectos que envolvem a política fiscal e sua influência sobre os níveis de exploração do trabalho observados concretamente, de modo que constitui um campo de discussão muito mais amplo do que aqui trabalhado. Mas certamente é um campo de relevância a ser explorado, haja vista que seu desenho implica alterações sensíveis nas vidas de todas e todos aqueles que vivem do trabalho, como também no próprio funcionamento do Estado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese (Doutorado em Ciências). Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BIN, Daniel. **A superestrutura da dívida: financeirização, classes e democracia no Brasil neoliberal**. São Paulo: Alameda, 2017.

BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico**. In: A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009.

CARDOSO, Adalberto. **Democracia contra capitalismo**. Revista Insight Inteligência, ano XX, n. 79, 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da Dependência: balanços e perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2018 [1998].

DWECK, Esther; SILVEIRA, Fernando Gaiger; ROSSI, Pedro. **Austeridade e desigualdade social no Brasil**. In: Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

FUNCIA, Francisco; OCKÉ-REIS, Carlos. **Efeitos da política de austeridade fiscal sobre o gasto público federal em saúde**. In: Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

KARNIKOWSKI, Romeu. **Estudo e parecer sobre a PEC 241/2016. Abordagem Sociológica da Política Fiscal no Brasil**. Porto Alegre, agosto de 2016.



LAPAVITSAS, Costas. **Theorizing financialization**. In: Work, Employment & Society. SAGE Publishing, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. In: América Latina, dependencia y globalización. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre Editores, 2008 [1973].

_____. **Proceso y tendencias de la globalización capitalista**. In: América Latina, dependencia y globalización. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre Editores, 2008 [1997].

MARX, Karl. **Livro III - O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

PAIVA, Andrea; MESQUITA, Ana; JACCOUD, Luciana; PASSOS, Luana. **O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; ARANTES, Flávio. **Economia política da austeridade**. In: Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; ARANTES, Flávio; DWECK, Esther. **Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil**. Campinas: Educ. Soc., v. 40, 2019.

SANTANA, Pedro Marques de. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Brasília: Ipea e ABET, 2013.

SHÄFER, Armin; STREECK, Wolfgang. **Introduction: Politics in the Age of Austerity**. In: Politics in the Age of Austerity. Cambridge: Polity Press, 2013.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial**. In: A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009.

VIEIRA, Fabiola; BENEVIDES, Rodrigo. **Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil**. Brasília: IPEA. 2016.